



---

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº. 053/2017 PMC-SRP**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017-PMC – SRP** - Regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013 alterado pelo Decreto nº 8.250/2014, Lei nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

**Objeto:** Registro de Preços que “Contratação de pessoa jurídica de telecomunicações para a prestação de serviço de link dedicado e banda larga de acesso à internet para a Prefeitura Municipal e Secretarias agregadas”. Conforme descrições e especificações apresentadas no Anexo II deste documento, na Modalidade Pregão Presencial – Menor Preço por Item.

**Data da abertura:** Dia 14 de Novembro de 2017, as 15:00 Horas

**Local:** Secretaria Municipal de Finanças - Sala de Licitações, localizada a Travessa Cesar Pinheiro, nº 375 - Centro – Capanema-Pa.

**Cadastramento de propostas:** Dia 14 de Novembro de 2017, as 15:00hs, na sala de licitações.

**Aquisição do Edital nº053/2017:** Sala de licitações, na Secretaria Municipal de Finanças, mediante pagamento de uma taxa de R\$ 50,00, de custos de reprografia, conforme dispõe Inciso V, do art. 32 da Lei 8.666/93.



---

## EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 053 /2017-PMC-SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

### RECIBO DE RETIRADA

A Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ  
nº. \_\_\_\_\_, retirou Edital de Pregão nº.  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ e deseja ser informada de quaisquer  
alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações pelo e-mail:  
\_\_\_\_\_.  
\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

Obs.: Este recibo deverá ser remetido a Comissão Permanente de Licitação pelo E-mail: [cpl.capanema2017@gmail.com](mailto:cpl.capanema2017@gmail.com), para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário.



---

## **PREGÃO PRESENCIAL nº053/2017 PMC– SRP**

**FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS ( DECRETO 7.892/2013 / 8.250/2014 )**

### **1. PREÂMBULO**

**1.1.** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA**, por intermédio de sua **PREGOEIRA OFICIAL, Francidélia de L. M. da Rocha**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA FINALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002 Decreto nº 3.555/2000, Lei 8.666/1993, Decreto nº 7.892/2013 e alterações pelo Decreto nº 8.250/2014 e Lei Complementar 123/2006, e Alterações posteriores.

**1.2.** Os envelopes contendo as Propostas de Preços e Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos deverão ser entregues a Pregoeira e Equipe de Apoio, no dia 14 de novembro de 2017, na etapa de credenciamento na Sala de Comissão de Licitação, situada à Travessa César Pinheiro, nº 375- Centro, Capanema - PA.

### **2. DO OBJETO**

**2.1. O presente Pregão tem por objeto:** Registro de Preços que “Contratação de pessoa jurídica de telecomunicações para a prestação de serviço de link dedicado e banda larga de acesso à internet, para a Prefeitura Municipal e Secretarias agregadas”. Conforme descrições e especificações apresentadas no Anexo II deste documento.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar do presente Pregão, os interessados do ramo pertinente ao objeto, legalmente constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital.

**3.2.** As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Prefeitura Municipal de Capanema não será responsável por esses custos, independentemente da condução ou do



---

resultado do Pregão Presencial.

**3.3.** Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou ainda pela Pregoeira ou por servidor da Equipe de apoio, desde que apresentados até 02(duas) horas antes ao início da sessão.

**3.4.** Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas os licitantes credenciados, a Pregoeira e os membros da Equipe de apoio.

**3.5.** As empresa participantes deste certame deverão estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

**3.6.** Não será admitida, neste Pregão, a participação de:

**3.6.1.** Empresas que se encontre em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

**3.6.2.** Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

**3.6.3.** Que se encontrem sob falência e recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

**3.6.4.** Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controladora, coligada ou subsidiária entre si.

**3.6.5.** Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

**3.6.6.** Estrangeiras que não funcionem no País; e,

**3.6.7.** Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como, à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

**3.7.** Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações



concedido as microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/2006 e Alterações da Lei nº147/2014, Licitantes que se enquadrem das exclusões relacionadas no Art. 3º da referida Lei.

#### **4. CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE ENQUANDRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.**

**4.1.** Todos os interessados em participar da presente licitação deverão apresentar na fase de credenciamento, a Carta de Credenciamento, com assinatura do representante legal da empresa, com firma reconhecida (anexo IV).

**4.1.1.** No dia, horário e local da sessão pública, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto a Pregoeira, apresentando a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas (lances verbais), oferta de descontos e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

**4.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário:**

**4.2.1.** Procuração, através de outorga por instrumento público ou particular; no primeiro caso, com firma reconhecida em cartório. Tanto o instrumento público como o particular deverá conter menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.

**4.2.2.** Cédula de Identidade do representante.

**4.2.3.** Ato constitutivo da empresa e alterações se houver para identificação daquele que outorgou os poderes ao seu representante.

**4.2.4.** Cédula de identidade do proprietário da empresa e sócios se houver.

**4.2.5.** Declaração que cumpre os requisitos de habilitação.

**4.2.6.** Declaração atestando a inexistência de fatos impeditivos.

**4.2.7.** Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**4.2.8.** Enquadramento de ME/EPP emitido pela JUNTA COMERCIAL.

**4.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário:**

**4.3.1.** Ato constitutivo da empresa e alterações se houver.



---

**4.3.2.** Cédula de identidade do proprietário e sócios se houver.

**4.3.3.** Declaração que cumpre os requisitos de habilitação

**4.3.4.** Declaração atestando a inexistência de fatos impeditivos, nos termos constantes do anexo VI deste instrumento.

**4.3.5.** Declaração Que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**4.3.6.** Enquadramento de ME/EPP emitido pela JUCEPA.

**4.3.7.1** A não apresentação dos itens 4.3.5 e 4.3.6, impossibilitará o participante de usufruir dos direitos da Lei Complementar 123/2006.

**4.4.** Os documentos mencionados nos Itens anteriores, inclusive o documento de identificação do representante credenciado, deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão.

**4.5.** A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar por usufruir dos benefícios estabelecidos na **Lei Complementar Federal 123/2006** deverá apresentar junto ao credenciamento:

**4.5.1. Quando optante pelo SIMPLES nacional:**

**a)** Comprovante de opção pelo simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

**b)** Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal 123/2006.

**4.5.2. Quando não for optante pelo SIMPLES nacional:**

**a)** Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3 da LC 123/2006;

**b)** Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal 123/2006,

**4.6.** Iniciada a Sessão, será vedada a substituição do representante da empresa devidamente credenciado, ainda que esteja munido de instrumento procuratório com poderes específicos, salvo por caso fortuito ou força maior.

**4.7.** A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens **4.1, 4.2. e 4.3.**, não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de lances verbais, da negociação



de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recurso e demais fases do procedimento licitatório.

**4.8.** Os documentos de credenciamento deverão ser entregues no início da sessão separadamente de qualquer envelope, preferencialmente em pasta com grampo e numeradas sequencialmente.

## **5. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

**5.1.** Declarada aberta à sessão pela Pregoeira, o (s) representante (s) da (s) Empresa(s) licitante(s) entregará (ão) os envelopes contendo os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.

**5.2.** O envelope da Proposta de Preços deverá ser opaco e trazer expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA- PA**  
**PREGÃO Nº 053/2017 PMC – PP - SRP**  
**RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ. DO LICITANTE**  
**DATA: 14 de novembro de 2017.**

**5.3.** O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser opaco e trazer expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE Capanema - PA**  
**PREGÃO Nº 053/2017 PMC-PP SRP**  
**RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE**  
**DATA: 14 de novembro de 2017.**

**5.4.** Inicialmente, será aberto o Envelope 01 - Proposta de Preços, após na segunda fase, o Envelope 02 - Documentos de Habilitação.

## **6. PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via digitalizadas, preferencialmente no Modelo de Formulário Padrão de Proposta (**Anexo I**), redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso



---

corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.

**6.1.1.** Indicar razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e endereço eletrônico (e-mail).

**6.1.2.** Prazo de eficácia da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de adjudicação da proposta;

**6.1.3.** Uma única cotação, com preço unitário e global, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária.

**6.2.4.** Indicação de banco, agência e conta, obrigatoriamente em nome da pessoa jurídica licitante.

**6.2.5.** A qualificação dos representantes legais responsáveis em receber as ordens de serviço do respectivo objeto constando o nome, estado civil, número da cédula de identidade e do CPF, Fone (fax) empresa, telefone celular, se houver, e e-mail o qual serão enviados os pedidos.

**6.3.** O prazo de contratação será conforme o previsto no Contrato de prestação de serviço, celebrado pela Prefeitura Municipal de Capanema através do responsável, e de acordo com a legislação vigente, com prazo de vigência a ser definido pela Administração.

**6.4.** A contratada deverá providenciar os recursos necessários à execução de seus trabalhos, assim como, fornecer a Prefeitura e secretarias agregadas blocos de requisição de serviços.

**6.5.** Os preços apresentados na proposta deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

**6.6.** Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais;





**6.7.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

**6.8.** Não é obrigatório ao licitante apresentar cotação para todos os itens na proposta.

**6.9.** A Pregoeira considerará como formal alguns erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

## **7. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**7.1.** A forma de prestação de serviço será conforme o contrato de prestação, dentro de todas as normalidade e exigências da Prefeitura Municipal de **Capanema** (PA).

**7.2.** Os serviços homologados poderão ser vistoriados e analisados a qualidade através de um laudo técnico emitido pelo órgão responsável se assim determinar conveniente à administração, sendo que a não aprovação resulta no cancelamento do registro de preços e respectivo contrato, com multas cabíveis a presente situação.

**7.3.** Por deliberação da Prefeitura Municipal de Capanema (PA), somente será permitido o realinhamento dos Preços Registrados após 120 (cento e vinte) dias, corridos, contados da realização do pregão, desde que o produto tenha sofrido comprovadamente, alteração de preços num percentual mínimo de 10% (dez) por cento dos praticados no mercado, salvo deliberação da Prefeitura Municipal de Capanema em contrário.

**7.4.** Os serviços deverão ser realizados no estabelecimento da contratada ou em local onde se encontre os veículos, conforme indicado na ordem de serviço e informado pela preposta da Contratante.

**7.5.** Ato contínuo, a nota fiscal deverá **OBRIGATORIAMENTE** vir acompanhada da Ordem de serviço e/ou Nota de empenho emitida pelo Departamento financeiro e Certidões fiscais tais como: INSS, FGTS e TRABALHISTA sob a pena de não recebimento da mercadoria.

## **8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.



---

**8.2.** Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pela Pregoeira e os licitantes credenciados.

**8.3.** Lido os preços, a Pregoeira relacionará todas as propostas em ordem crescente.

**8.4.** O autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor, observadas os direitos de privilégio constante na Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

**8.5.** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, a PREGOEIRA classificará as 03 (três) melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam seus preços ofertados na proposta escrita.

**8.6.** Definido o menor preço, o mesmo deverá ser mantido pelos prestadores vencedores até o próximo pregão, que estará habilitado a efetuar.

**8.7.** Poderá ser averiguada a qualidade dos serviços prestados através de inspeções realizadas de rotina, sob pena de cancelamento de prestação de serviço, caso o resultado não seja vantajoso a esta administração.

**8.8.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**8.9.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

**8.10.** Sendo aceitáveis as propostas de menor preço, serão abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes que a tiverem formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

**8.11.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**8.12.** Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

**8.13.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.



---

**8.14.** Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

**8.15.** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pela Pregoeira, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes; a estes, sendo-lhes facultado esse direito.

**8.16.** Havendo recusa de qualquer licitante em assinar a ata ou se retirar antes do término, este fato será registrado, presumindo-se concordância de tal licitante com todos os seus termos e conteúdo.

**8.17.** Visando a formação de cadastro de reserva na ata de registro de preços, após declaração do licitante vencedor, a Pregoeira comunicara aos demais licitantes a possibilidade de redução de seus preços ao valor da proposta vencedora;

**8.18.** A apresentação de novas propostas na forma do item anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

**8.19.** Os licitantes que decidirem reduzir seus preços ao valor da proposta vencedora deverão encaminhar proposta de preços ajustada, bem como os documentos de habilitação exigidos nos subitens do edital, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira;

**8.20.** Havendo mais de um licitante na situação prevista no subitem anterior, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva;

**8.21.** Serão observados os mesmos procedimentos de julgamento das propostas e avaliadas as condições de habilitação dos licitantes, conforme consta nos itens do edital;

**8.22.** O licitante vencedor deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas apresentar a Pregoeira, a proposta consolidada após os Lances, para anexar aos autos, sob pena de desclassificação.

**8.23.** Observada a ordem de classificação, serão convocadas para firmar a Ata de Registro de Preços, as demais proponentes que concordarem com os mesmos



---

preços da primeira colocada, até que seja atingida a quantidade total estimada para cada ITEM.

## 9. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1. As empresas interessadas deverão apresentar as seguintes documentações:

### 9.1.1. Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Comprovação da qualificação técnica deverá ser feita através de apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica com firma reconhecida e autenticado em cartório, fornecido por pessoa física ou jurídica, comprovando que já prestou ou presta serviços dessa natureza.
- b) comprovação a autorização e/ou concessão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), como:
  - b.1) Autorização junto à **ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações)**, para prestar os serviços especializados de **SCM – Serviço de Comunicação Multimídia** (Licença SCM expedida pela Anatel, em nome da empresa)
  - b.2) Cópia de **Licença para Funcionamento de Estação** com localização no município de Capanema, para a prestação dos serviços objeto desta licitação;
  - b.3) Certidão Negativa de Débitos de Receitas Administradas pela ANATEL;
  - b.4) Cópia de publicação no Diário Oficial da União do Ato de Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.
  - b.5) Certidão de Registro e Quitação pessoa Jurídica junto ao CREA certificando a empresa habilitada a exercer atividades de **SCM - Serviço de Comunicação Multimídia**, circunscrita às atribuições de seus responsáveis técnicos.
- c) Comprovação de que é adimplente com o Município com a prestação de serviço do objeto, através de uma declaração fornecida pela Secretaria Municipal Administração ou Finanças.
- d) Alvará de Funcionamento.

### 9.1.2 - Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações,



---

acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (cópias autenticadas).

**c.1)** Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**d)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**e)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**f)** Cédula de identidade do proprietário e dos respectivos sócios se houver. (cópias devidamente autenticadas)

#### **9.1.3 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**a)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal, (certidão conjunta) Estadual (tributário e não tributário) e Municipal,

**b)** Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão de débitos relativos aos tributos federais e quanto à Dívida Ativa da União.

**c)** Preferencialmente a certidão de regularidade Estadual Tributária e não Tributária deverão vir acompanhadas de sua autenticidade emitidas um dia anterior a licitação pelo site da SEFA a fim de agilizar o andamento, caso contrário a PREGOEIRA suspenderá o certame até que se verifique as devidas autenticidades.

**d)** Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) emitido pelo site da Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho emitida pelo site ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)).

#### **9.1.4 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**a)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. O balanço deverá ser registrado na Junta Comercial e vir acompanhado da certidão de regularidade profissional do



---

contador certificando que o profissional encontra-se regular, contendo número, validade e finalidade da certidão.

**b)** Certidão negativa de Falência, Recuperação judicial e/ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em que conste o prazo de validade e, não havendo, somente será aceita com a data de emissão não superior a 60 (Sessenta) dias.

**9.2** - Os Licitantes deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

a) Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições, locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados;

b) Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

c) Declaração que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;

d) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (conforme modelo anexo);

e) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

f) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, menores de 16 anos, em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (conforme modelo anexo).

9.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.4. Se a documentação de Habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, a Pregoeira considerará a Proponente Inabilitada.

|  |
|--|
| <b>10. PARTICIPAÇÃO DE MICREMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)</b> |
|--|



---

**10.1.** Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e alteração dada pela Lei Complementar 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal.

**10.1.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

**10.2.** Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

**10.3.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**10.4.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**10.4.1.** Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 10.4, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**10.4.2.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem **10.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.4.3.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



**10.4.4.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de **(5)** minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

## **11. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.**

**11.1.** As impugnações de licitantes e esclarecimentos ao Edital do Pregão serão recebidos em até 02(dois) dias uteis antes da data fixada para a abertura da Sessão do Pregão.

**11.2.** Caberá a PREGOEIRA decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis.

**11.3.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

**11.4.** Os pedidos de Esclarecimentos e Impugnação deverão ser encaminhados por escrito, à Pregoeira, na sala de licitações, localizada à Travessa César Pinheiro, nº 375, Centro, Secretaria de Finanças, Capanema PA.

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**12.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela PREGOEIRA ao vencedor.

**12.3.** O recurso contra decisão da PREGOEIRA terá efeito suspensivo.

**12.4.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.5.** Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

**12.6.** Os autos dos procedimentos permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal.

## **13. DA VIGÊNCIA**





**13.1.** O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial.

**13.2.** O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços será de 12(doze) meses, e apresentará como termo inicial a partir da assinatura do contrato e como termo final o recebimento definitivo do objeto pela Administração, observado os limites de prazo de entrega fixados neste edital e o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

#### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o estado pelo prazo de até cinco anos.

**14.2.** A contratada que incorram nas faltas constantes nos arts. 81 a 85 da Lei nº 8.666/93, bem como, que dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente aplicam-se, segundo a natureza e gravidade de falta, assegurados à ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos art. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 ou em dispositivos de norma que vierem a substituí-la.

**14.3.** O prestador que não emitir as Notas fiscais com a especificação do veículo, as unidades de medida dos serviços prestados condizente com aquelas apresentadas na Planilha de Preços, implicará em suspensão por 12 (doze) meses.

**14.4.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, mediante instauração de processo para averiguação pela Prefeitura Municipal de Capanema (PA).

**14.5.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Prefeitura Municipal de Capanema-Pa.

#### **15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão por



---

conta das seguintes dotações orçamentárias:

**0201 – Gabinete do Prefeito**

04.121.2027.2.023 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

**03.01 – Secretaria Municipal de Administração**

04.122.0011.2004. – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

**04.01 – Secretaria Municipal de Finanças**

04.121.2029.2010 – Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças

**0801 – Secretaria Municipal de Planejamento**

04.122.0122.2.117 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento

**1001 – Secretaria Municipal de Cultura**

13.122.2115.2082 – Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura

**1201 – Secretaria de Infraestrutura e Saneamento**

15.122.2043.2089 – Manutenção da Secretaria de Obras, Urbanismo e Infraestrutura

**1301 – Secretaria Municipal de Desporto e Lazer**

27.122.2115.2136 – Manutenção da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

**2101 – Secretaria Municipal de Ind. Com. Turismo e Mineração**

22.692.2034.2097 - Manutenção da Secretaria Municipal de Ind. Com. Turismo e Mineração

**05.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social**

08.122.0011.2012.– Manutenção da Secretaria Municipal de Ação Social

08.243.0032.2017 – Manutenção do Conselho Tutelar

08.243.0043.2018 – Manutenção do Prog. Centro de Referência da Ass. Social (CRAS)

08.243.0500.2021 – Manutenção do Programa Piso de Alta Complexidade-Abrigo

08.244.0043.2033 – Manutenção do Programa Centro de Ref. Especializada da Ass. Social

08.244.2094.2036 – Manutenção do Prog. Bolsa Família (IGD)

08.243.2092.2026 – Ações estratégicas –PETI

08.244.0129.2029 – Manutenção do Programa Balcão de Emprego

**07.03 – Fundo Municipal de Saúde**

10.301.2083.2044 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

10.302.2079.2.061 – Manutenção do PSF

10.302.2087.2062 – Manutenção do MAC



---

10.305.2088.2065 – Manutenção das Ações de Vig em Saúde

10.301.2083.2126 – Manutenção do CEO

10.302.2089.2128 – Manutenção da UPA

10.302.2089.2130 – Manutenção do CAPS

**09.01 – Secretaria Municipal de Educação**

12.361.0136.2069 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

**27.01 – Secretaria Municipal de Segurança do Patrimônio Público**

04.122.0122.2134 – Manutenção da Secretaria de Segurança do Patrimônio Público

**2301 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

18.122.2099.2099 – Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

**16. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

**16.1.** Após a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira, e a vista do julgamento pelo Prefeito Municipal efetivará juízo de conveniência acerca do procedimento licitatório, podendo homologar o certame ou, se for o caso, mediante decisão fundamentada, revogar a licitação.

**16.2.** Homologada referida no item anterior, os licitantes classificados serão convocados para assinarem a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

**a)** Para fins de formalização da Ata de Registro de Preços, deverá ser respeitada e especificada a ordem de classificação do certame e a quantidade de prestadores a serem registrados.

**16.3.** A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

**16.4.** Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, a Licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**17. PAGAMENTO, DO FATURAMENTO E DO REAJUSTE.**

**17.1.** Após a prestação de serviço, estabelecido no Termo de Referência, a contratada deverá protocolar no setor requisitante Nota Fiscal/ Fatura, até o 5º



---

(Quinto) dia do mês subsequente ao mês de referência, especificando o veículo, o serviço e a peça substituída e seus valores em moeda nacional, devendo estar formalmente atestada pelo setor o qual recebeu os serviços.

**17.2.** O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de transferência bancária diretamente na conta da empresa contratada, vedada transferências para outras contas, em até 30 (trinta) dias após a Nota de Empenho.

**17.3.** O pagamento somente será efetuado mediante:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.
- b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei nº 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Prova de situação regular perante o Tribunal Superior do Trabalho (Lei nº12.440/11)

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** É facultada a PREGOEIRA ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**18.2.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**18.2.1.** A anulação do procedimento induz à do contrato.

**18.2.2.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**18.3.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao Órgão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**18.4.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das



---

informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**18.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário e local anteriormente definido, desde que não haja comunicação da Pregoeira.

**18.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do “vencimento”. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal da Prefeitura Municipal de Capanema- Pa.

**18.7.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**18.8.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando – se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao prestador em igualdade de condições (Decreto nº 7.892/2013 – Artigo 16).

**18.9.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**18.10.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e o Decreto nº 7.892/2013 e alterações pelo decreto nº 8.250/2014.

**18.11.** São partes integrantes deste Edital:

- a) **ANEXO I** - Proposta de Preços;
- b) **ANEXO II** – Descrição do Objeto;
- d) **ANEXO III** - Minuta de Carta de Credenciamento;
- e) **ANEXO IV** – Declaração de requisito de habilitação;
- f) **ANEXO V** – Modelo de Declaração;
- g) **ANEXO VI** – Minuta Ata do Registro de Preços
- h) **ANEXO VII** – Minuta de Contrato

Capanema, 01 de novembro de 2017.

Francidélia de Lima M da Rocha

Pregoeira



## ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

A Prefeitura Municipal de Capanema- Pa

Ref.: Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2017-PMC-PP-SRP

Abertura: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017 as \_\_:\_\_ Horas

Licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Tel Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

| Item | Especificação | Und | Quant.<br>Mínima | Quant.<br>Máxima | Valor<br>Unt./<br>mês | Valor<br>total/<br>12meses |
|------|---------------|-----|------------------|------------------|-----------------------|----------------------------|
|      |               |     |                  |                  |                       |                            |

\_data \_\_\_\_\_

Validade da proposta: \_\_\_\_ Dias

Prazo de Entrega: \_\_\_\_\_

Dados do receptor das ordens de serviço:

Nome: \_\_\_\_\_

Est. Civil : \_\_\_\_\_

RG : \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Telefone (FAX): \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Nome do representante: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_



---

## **ANEXO II – DESCRIÇÃO DO OBJETO**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2017-PMC-PP-SRP**

#### **1. DO OBJETO:**

1.1. Registro de Preços que visa “Contratação de pessoa jurídica de telecomunicações para a prestação de serviço de link dedicado e banda larga de acesso à internet, para a Prefeitura Municipal e Secretarias agregadas”, faturado mensalmente.

#### **2. JUSTIFICATIVA:**

2.1. A contratação é necessária para o bom funcionamento administrativo, com alimentações e consultas de sistemas on line, envio e recebimento de correios eletrônicos, alimentação de informações nos portais de transparência, entre outros serviços cujo acesso a internet é necessário, operacionalizando os setores das Secretarias do Município de Capanema.

#### **3. DA GARANTIA DE QUALIDADE DO OBJETO:**

3.1. Os serviços especificados deverão respeitar as exigências previstas pela Prefeitura Municipal de Capanema, Secretarias e Fundos, atentando sempre pela qualidade do serviço e garantia dos serviços e produtos, dentro das normativas do edital e da ANATEL.

#### **4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:**

4.1. A quantidade mínima e máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada de acordo com o Anexo II A.

4.2. As quantidades a serem adquiridas serão previstas de acordo com a o tipo de link e os locais onde deverão ser instalados.

4.3. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviço em igualdade de condições.



---

## **5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

5.1. Prestar os serviços mensalmente, em conformidade com o Termo de Referência.

5.2. Cumprir com os prazos de prestação de serviço determinado pelo setor ou secretaria requisitante.

5.3. A prestadora de serviço, deverá ainda fornecer, sem custo para a Prefeitura:

a) Os serviços prestados deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana. Deverão ser fornecidos manutenção e suporte técnico referente a internet durante a vigência do contrato, sem custos adicionais.

b) Atendimento telefônico e técnico para gestão de problemas, disponíveis em horário comercial das 8:00 às 19:00 hs durante a semana de segunda a sexta, para abertura de chamadas técnicas;

c) Todas as chamadas técnicas deverão ser registradas em sistema informatizado;

d) O fechamento da chamada técnica somente poderá ocorrer com anuência da Prefeitura;

e) O prazo máximo para início de atendimento à chamada técnica deverá ser de até 04 (quatro) horas corridas, a partir da hora de abertura do chamado;

f) O prazo máximo para resolução dos problemas, objeto da chamada técnica, bem como o tempo de reparo deverá ser de até 08 (oito) horas corridas, a partir da hora de abertura do chamado;

g) Manutenção e assistência técnica em qualquer situação de falha dos circuitos contratados, incluindo todo e qualquer equipamento da Contratada;

h) Eventuais interrupções programadas dos serviços, quando necessárias, deverão ser informadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias;

i) Qualquer manutenção ou intervenção, mesmo não implicando inoperância dos serviços ou alteração nas suas características, deverá ser agendada e acordada previamente com a Prefeitura, exceto quando estas se tratarem de uma emergência;

j) As manutenções preventivas corretivas ou ajustes nos equipamentos que possam vir a causar inoperâncias ou indisponibilidade nos serviços, desde que previamente acordadas entre a Contratada e a Prefeitura e realizados nos horários estipulados pela Prefeitura, não geram descontos na fatura;





---

k) Em caso de falha ou inoperância de qualquer circuito ou equipamento que tenha reflexo na prestação dos serviços, a Contratada deverá abrir uma chamada técnica, independente de solicitação da Prefeitura após a constatação do problema, e dar ciência a Prefeitura da execução dos reparos.

l) Fornecer, configurar e gerenciar roteador e todos os equipamentos necessários da solução oferecida para a interligação do link solicitado com rede interna da Prefeitura.

m) Fornecer toda a infraestrutura necessária para instalação e ativação do link

5.4 Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

5.5. Emitir Nota Fiscal, acompanhada das requisições o qual deverá estar incluso os dados do local a ser feito o serviço, para efeito de comprovação do preço cobrado no ato do serviço devidamente efetivado.

## **6. LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA:**

6.1. O serviço será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades da Secretaria ou setor requisitante, possuindo uma demanda imediata dos locais constantes da tabela do Anexo II-B

6.2. A Contratada se obriga a realizar os serviços em quantidades solicitadas, sendo que a mesma deverá estar apta a prestação do serviço imediatamente após a assinatura do contrato.

## **7. FORMA DE PAGAMENTO:**

7.1. O prazo de pagamento será de até 30 (Trinta) dias após a emissão de Nota Fiscal.





## ANEXO II – A

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

| ITEM | DESCRIÇÃO   | ESPECIFICAÇÃO   | UNID | MIN. | MAX |
|------|---|---|------|------|-----|
| 01   | Link de internet de no mínimo 10240 kbps (não compartilhada), full duplex, via fibra óptica, ou via rádio com roteador e garantia de 99% da banda contratada. | O serviço de acesso dedicado à Internet contempla o fornecimento de um acesso físico privado e dedicado, que interligará a Prefeitura ao provedor de Internet, e de uma porta do roteador de Internet da provedora, juntamente com um conjunto mínimo de 02 (dois) endereços IP público (/31), com possibilidade de aumento da quantidade de IP'S, desde que utilize totalmente a quantia solicitada, roteados para a Internet que serão utilizados na rede interna, de acordo com os seguintes parâmetros: - A conexão entre a Prefeitura e o provedor deverá ser de, no mínimo 10240 kbps. - Os circuitos de comunicação entre a Prefeitura e o backbone do provedor não serão compartilhados com outros usuários ou clientes da empresa Contratada; - Roteador incluso com porta FastEthernet/Gigabit Ethernet do lado do cliente onde será ligado a um Firewall (PC/Router) pertencente a Prefeitura; | UND  | 02   | 10  |
| 02   | Link de internet de no mínimo 5120 kbps (não compartilhada), full duplex, via fibra óptica ou via rádio com roteador e garantia de 99% da banda contratada.   | O serviço de acesso dedicado à Internet contempla o fornecimento de um acesso físico privado e dedicado, que interligará a Prefeitura ao provedor de Internet, e de uma porta do roteador de Internet da provedora, juntamente com um conjunto mínimo de 02 (dois) endereços IP público (/31), com possibilidade de aumento da quantidade de IP'S, desde que utilize totalmente a quantia solicitada, roteados para a Internet  | UND  | 02   | 10  |



|    |  |   |     |    |    |
|----|--|---|-----|----|----|
|    |  | que serão utilizados na rede interna, de acordo com os seguintes parâmetros: - A conexão entre a Prefeitura e o provedor deverá ser de, no mínimo 5120 kbps. - Os circuitos de comunicação entre a Prefeitura e o backbone do provedor não serão compartilhados com outros usuários ou clientes da empresa Contratada; - Roteador incluso com porta Fast Ethernet / GigabitEthernet do lado do cliente onde será ligado a um Firewall (PC/Router) pertencente a Prefeitura;   |     |    |    |
| 03 | Link de Internet Banda Larga de 5MB com , no mínimo 5120 kbps (não compartilhada), via fibra óptica ou via rádio com roteador e garantia de 80% da banda contratada, conforme Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011 – Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (ANATEL). | Serviço de acesso à Internet contempla o fornecimento de um acesso físico privado, que interligará a Prefeitura ao provedor de Internet, e de uma porta do roteador de Internet da provedora, com possibilidade de (01) IP publico, desde que utilize totalmente a quantia solicitada, roteados para a Internet que serão utilizados na rede interna, de acordo com os seguintes parâmetros: - A conexão entre a Prefeitura e o provedor deverá ser de, no mínimo 5120 kbps.- Os circuitos de comunicação entre a Prefeitura e o backbone do provedor não serão compartilhados com outros usuários ou clientes da empresa Contratada - Roteador incluso com porta Fast Ethernet / GigabitEthernet do lado do cliente onde será ligado a um Firewall (PC/Router) pertencente a Prefeitura; | UND | 02 | 10 |
| 04 | Link de Internet Banda Larga de 2MB com, no mínimo 2048 kbps (não compartilhada), via fibra óptica ou via rádio com roteador e garantia de 80% da banda contratada, conforme Resolução nº 574, de 28 de  | O serviço de acesso à Internet contempla o fornecimento de um acesso físico privado, que interligará a Prefeitura ao provedor de Internet, e de uma porta do roteador de Internet da provedora, com possibilidade de (01) IP publico, desde que utilize totalmente a quantia solicitada,  | UND | 02 | 40 |



|  |  |   |  |  |  |
|--|--|---|--|--|--|
|  | outubro de 2011 – Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (ANATEL) | roteados para a Internet que serão utilizados na rede interna, de acordo com os seguintes parâmetros: - A conexão entre a Prefeitura e o provedor deverá ser de, no mínimo 2048 kbps. - Os circuitos de comunicação entre a Prefeitura e o backbone do provedor não serão compartilhados com outros usuários ou clientes da empresa Contratada; - Roteador incluso com porta FastEthernet / GigabitEthernet do lado do cliente onde será ligado a um Firewall (PC/Router) pertencente a Prefeitura; |  |  |  |
|--|--|---|--|--|--|





## ANEXO II – B

### LOCAIS DE INSTALAÇÃO IMEDIATA DE LINKS

| ITENS | LOCAL DE INSTALAÇÃO                              |
|-------|--|
| 01    | SEC FINANÇAS / INDUSTRIA                         |
| 02    | SEC DE MEIO AMBIENTE                             |
| 03    | SEC DE EDUCAÇÃO                                  |
| 04    | SEC DE SAÚDE                                     |
| 05    | SEC DE OBRAS                                     |
| 06    | SEC DE AGRICULTURA                               |
| 07    | SEC ESPORTES / CULTURA                           |
| 08    | PMC - SEC COMUNICAÇÃO / ADM                      |
| 09    | PMC - SEC GABINETE                               |
| 10    | PMC - PAVIMENTO INFERIOR                         |
| 11    | SEMAS - SEC - ASSISTENCIA                        |
| 12    | SEMAS - BOLSA FAMILIA                            |
| 13    | SEMAS - CRAS (SÃO PEDRO/SÃO PAULO)(AREIA BRANCA) |
| 14    | SEMAS – CREAS/SCFV                               |
| 15    | SEMAS - CRAS (AREIA BRANCA)                      |
| 16    | SEMAS – CONSELHO TUTELAR                         |
| 17    | SEMAS – CASA DOS CONSELHOS                       |
| 18    | SEMAS- ABRIGO PROVISÓRIO                         |
| 19    | SEMAS – SINE                                     |
| 20    | SEC. SEGURANÇA PÚBLICA                           |
| 21    | UND SAUDE DA FAMILIA DR JORGE NETTO              |
| 22    | UND SAUDE DA FAMILIA DR MANOEL VALENTE           |
| 23    | UND SAUDE DA FAMILIA JORGE NOGUEIRA              |
| 24    | UND SAUDE DA FAMILIA JOSE VALDO PEROTE           |
| 25    | UND SAUDE DA FAMILIA JOSEPHA ALBUQUERQUE         |
| 26    | UND SAUDE DA FAMILIA JUVENAL BATISTA             |
| 27    | UND SAUDE DA FAMILIA MARIA ROSA                  |
| 28    | UND SAUDE DA FAMILIA MATA SEDE                   |
| 29    | UND SAUDE DA FAMILIA RAIMUNDA SOUSA REIS         |
| 30    | UND SAUDE DA FAMILIA VILA SORRISO                |
| 31    | UND SAUDE DA FAMILIA WALDEMAR QUEIROZ            |
| 32    | UND SAUDE DA FAMILIA FRANCISCO CARNEIRO          |
| 33    | UND SAUDE DA FAMILIA REGINALDO NARCISO DE V      |
| 34    | UND SAUDE DA FAMILIA NOVA ASSIS                  |
| 35    | UND SAUDE DA FAMILIA 7 TRAVESSA                  |
| 36    | UND SAUDE DA FAMILIA ANA GONÇALVES               |
| 37    | UND SAUDE DA FAMILIA ARNOLDO TAVARES             |
| 38    | UND SAUDE DA FAMILIA BAIRRO DE FATIMA            |
| 39    | UND SAUDE DA FAMILIA DO INUSSUM                  |
| 40    | UND SAUDE DA FAMILIA DO MULTIRAO                 |
| 41    | UNID DE PRONTO ATENDIMENTO JOSUE RODRIGUES       |
| 42    | APV CONSULTORIO ODONTOLOGICO                     |
| 43    | ACADEMIA DA SAUDE VALDIR FARIAS PINHEIRO         |



|    |   |
|----|---|
| 44 | CAPS I CAPANEMA                                 |
| 45 | CENTRAL REGIONAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS     |
| 46 | CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS JOSE RODRIGUES |
| 47 | CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS          |
| 48 | CENTRO DE SAUDE DE CAPANEMA                     |





---

### ANEXO III

(papel timbrado da licitante)

A Prefeitura Municipal de Capanema

Ref.: Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2017 **PMC-PP-SRP**

Abertura: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017 as \_\_:\_\_ Horas

#### **Modelo de Carta de Credenciamento**

Indicamos o (a) Senhor (a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão expedidor \_\_\_\_\_, como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, dar lances, prestar todos os esclarecimentos a nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Local e data

Atenciosamente

Representante Legal da Empresa



---

**ANEXO IV - Modelo**  
(papel timbrado da licitante)

A Prefeitura Municipal de Capanema

Ref.: Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2017 **PMC-PP-SRP**

Abertura: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017 as \_\_:\_\_ Horas

Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Sediada a Rua/ Avenida/Trav. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, Declara, sob penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº \_\_\_\_/2017-PMC-SRP**, para habilitação, quanto as condições de qualificação jurídica, técnica, econômico financeira e regularidade fiscal, declarando ainda estar ciente de que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

Observação: Em caso de ME ou EPP, deve ser citada nesta declaração.

Local e data

---

Assinatura e carimbo  
(representante legal)



---

**ANEXO V**  
(papel timbrado da licitante)

A Prefeitura Municipal de Capanema

Ref.: Pregão Presencial nº \_\_\_/2017 **PMC-PP-SRP**

Abertura: \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017 as \_\_:\_\_ Horas

**Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)**

(Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº -----, sediada na Rua -----, nº -----, bairro, -----, CEP-----  
----- Município -----, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão \_\_\_/2017 **PMC-PP-SRP**, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. (.....) Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.
2. (.....) Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal e/ou Legislativo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X.
3. (.....) Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93;
4. (.....) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
5. ( ) Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa **está apta** a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.



---

6. ( ) Declaro, sob as penas da Lei, que nossa empresa não está enquadrada no tratamento favorecido às ME/EPP.

Obs.: No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

Local, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa:



---

## ANEXO VI

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº \_\_/2017- PMC

Pregão nº \_\_/2017-PMC-PP-SRP

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA- PA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.149.091/0001-45, com sede na Travessa Djalma Dutra, nº 2506, Centro, representada legalmente pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, senhor **Francisco Ferreira Freitas Neto**, portador da cédula de identidade nº SSP-PA e CPF nº , considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº. \_\_/2017 PMC-PP-SRP**, publicada no DOE do dia \_\_/\_\_/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, em julgamento por lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, regida pela Lei Federal nº10.520/2002, e pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços que visa “Contratação de pessoa jurídica de telecomunicações para a prestação de serviço de link dedicado e banda larga de acesso à internet para a Prefeitura Municipal e Secretarias agregadas”..., conforme o Anexo II do Edital de Registro de Preço nº \_\_/2017 PMC-PP-SRP, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo VI - A, e neles estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.



2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviço em igualdade de condições.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

3.1 – Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o prestador visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o prestador do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais prestadores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o prestador do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de serviço;
- b) Convocar os demais prestadores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 – Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 – Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 – A revisão poderá ocorrer somente após 120(cento e vinte) dias da formalização da presente ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência



---

de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.

3.5.1 – Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada, levando-se em consideração do preço médio divulgado pela Agência Nacional de Petróleo.

3.5.2 – Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 – Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.5.4 – Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de Capanema, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o prestador:

- a) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;



---

d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

4.1.2 – Pelo prestador, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 – O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos prestadores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do prestador, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo prestador, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos serviços/produtos, até o trigésimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - O pagamento far-se-á por meio de transferência bancária na conta corrente do contratado.

5.4 - Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores;





5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

5.7 – A eventual inadimplência de um dos órgãos participantes desta Ata não produzirá efeitos quanto aos demais.

5.8 – A Nota Fiscal deverá vir acompanhada da Certidão de INSS, FGTS e Trabalhista sob pena de não recebimento.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS**

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado do dia posterior à data de sua publicação no Flanelógrafo da Prefeitura Municipal.

6.2 – O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial a assinatura do contrato (Anexo VII), e como termo final o término do contrato ou a comprovação dos serviços realizados pela contratada para Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de ordem de serviço.

Exercício: 2017

##### **0201 – Gabinete do Prefeito**

04.121.2027.2.023 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

##### **03.01 – Secretaria Municipal de Administração**

04.122.0011.2004. – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

##### **04.01 – Secretaria Municipal de Finanças**

04.121.2029.2010 – Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças

##### **0801 – Secretaria Municipal de Planejamento**

04.122.0122.2.117 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento

##### **1001 – Secretaria Municipal de Cultura**

13.122.2115.2082 – Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura



---

---

### **1201 – Secretaria de Infraestrutura e Saneamento**

15.122.2043.2089 – Manutenção da Secretaria de Obras, Urbanismo e Infraestrutura

### **1301 – Secretaria Municipal de Desporto e Lazer**

27.122.2115.2136 – Manutenção da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

### **2101 – Secretaria Municipal de Ind. Com. Turismo e Mineração**

22.692.2034.2097 - Manutenção da Secretaria Municipal de Ind. Com. Turismo e Mineração

### **05.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social**

08.122.0011.2012.– Manutenção da Secretaria Municipal de Ação Social

08.243.0032.2017 – Manutenção do Conselho Tutelar

08.243.0043.2018 – Manutenção do Prog. Centro de Referência da Ass. Social (CRAS)

08.243.0500.2021 – Manutenção do Programa Piso de Alta Complexidade-Abrigo

08.244.0043.2033 – Manutenção do Programa Centro de Ref. Especializada da Ass. Social

08.244.2094.2036 – Manutenção do Prog. Bolsa Família (IGD)

08.243.2092.2026 – Ações estratégicas –PETI

08.244.0129.2029 – Manutenção do Programa Balcão de Emprego

### **07.03 – Fundo Municipal de Saúde**

10.301.2083.2044 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

10.301.2083.2044 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

10.302.2079.2.061 – Manutenção do PSF

10.302.2087.2062 – Manutenção do MAC

10.305.2088.2065 – Manutenção das Ações de Vig em Saúde

10.301.2083.2126 – Manutenção do CEO

10.302.2089.2128 – Manutenção da UPA

10.302.2089.2130 – Manutenção do CAPS

### **09.01 – Secretaria Municipal de Educação**

12.361.0136.2069 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

### **27.01 – Secretaria Municipal de Segurança do Patrimônio Público**

04.122.0122.2134 – Manutenção da Secretaria de Segurança do Patrimônio Público

### **2301 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

18.122.2099.2099 – Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente



---

### 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

---

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

8.1 – O contrato constitui o instrumento de formalização da aquisição com os prestadores, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.2 – Quando houver necessidade de serviço por algum dos órgãos participantes da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para assinatura de contrato no prazo de até 02 (dois ) dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 – Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a assinar o contrato ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderão ser convocados os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os serviços ao preço e nas mesmas condições da primeira colocada, observada a ordem de classificação.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:**

9.1 –A execução do serviço será realizado diretamente no local da Contratada ou no local que houver necessidade de acesso a internet, de acordo com a secretaria solicitante, no endereço indicado pela mesma.

9.2 - A CONTRATANTE encaminhará a solicitação dentro do horário de funcionamento deste, que não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 08:00h as 18:00h, mediante a apresentação de “Requisição de Serviço” (Em 2 duas vias), assinadas por servidor responsável e devidamente datada e autorizado pelo setor competente, com o nome e assinatura do servidor autorizado pela administração para efetuar a requisição, conforme modelo previamente apresentado pela contratante.

9.3. A CONTRATADA prestará o serviço disponibilizando o serviço contratado 24:00h, abatendo do valor as suspensões e interrupções por ventura ocorridas por falha no fornecimento.



## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

10.1 - Compete à Contratada:

a) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

b) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações;

10.2 - Compete à Contratante:

a) Efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos do instrumento de contrato;

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

11.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

11.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

11.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 11.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

11.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) Advertência;

b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente



---

nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Prefeito Municipal, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Prefeito Municipal, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

11.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o



---

prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;

d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Assessoria Jurídica do Município.

11.4 – Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

11.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

11.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1 A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ADITAMENTOS**

13.1 A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS**

14.1 Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



---

---

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1 A execução do contrato será acompanhada pelo (a) Secretaria Municipal requisitante, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar à execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

17.1. Fica eleito o foro de Capanema - PA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Capanema (Pa), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

**Prefeitura Municipal de Capanema**

**CONTRATANTE**

---

**CONTRATADA**



## ANEXO VI - A

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2017, celebrada entre a **Prefeitura Municipal de Capanema** e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por ITEM, em face à realização do **Pregão Presencial** \_\_/2017 PMC-PP-SRP.

| ITEM | DESCRIÇÃO | Unidade | Quant. Mínima | Quant. Máxima |
|------|-----------|---------|---------------|---------------|
|      |           |         |               |               |





## ANEXO VII

### MINUTA DE CONTRATO NºXXXXXXXX

CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LINK DEDICADO E BANDA LARGA DE ACESSO À INTERNET, QUE ENTRE SI FAZEM O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PREFEITURA MUNICIPAL** E A EMPRESA **XXXXXX**, COMO ABAIXO DESCRITO:

Por este instrumento particular o **MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PREFEITURA MUNICIPAL**, entidade de Direito Público, com CNPJ nº 05.149.091/0001-45, com sede à Avenida Djalma Dutra, nº2506, Centro, nesta cidade de Capanema, Estado do Pará, ora denominado de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor **FRANCISCO FERREIRA FREITAS NETO**, brasileiro, casado, agrônomo, portador de RG nº 3151121/SSP-PA e CPF/MF nº 058.810.802-20, residente neste município, e de outro lado **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº XXXXXXXXX, com sede à XXXXXX, CEP XXXXX, Estado do Pará, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu(sua) **sócio(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, resolveram contratar, de acordo com o Processo de Pregão Presencial nº xxxxe a L.C. nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada para Pessoa prestar serviços de acesso a internet, com link **dedicado e banda larga** para atender as necessidades da Prefeitura municipal e secretarias do Município de Capanema, conforme resultado de Pregão Presencial nº xxxx, e proposta da Contratada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos a serem adquiridos mensalmente são descritos em quantidade e preço seguir relacionados:**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                 | QUAN<br>T | Val.<br>mensal | Valor<br>Total |
|------|---|-----------|----------------|----------------|
| 01   | Link de internet de no mínimo 10240 kbps (não |           |                |                |



|    |  |  |  |  |
|----|--|--|--|--|
|    | compartilhada), full duplex, via fibra óptica, ou via rádio com roteador e garantia de 99% da banda contratada.  |  |  |  |
| 02 | Link de internet de no mínimo 5120 kbps (não compartilhada), full duplex, via fibra óptica ou via rádio com roteador e garantia de 99% da banda contratada.  |  |  |  |
| 03 | Link de Internet Banda Larga de 5MB com , no mínimo 5120 kbps (não compartilhada), via fibra óptica ou via rádio com roteador e garantia de 80% da banda contratada, conforme Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011 – Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (ANATEL). |  |  |  |
| 04 | Link de Internet Banda Larga de 2MB com, no mínimo 2048 kbps (não compartilhada), via fibra óptica ou via rádio com roteador e garantia de 80% da banda contratada, conforme Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011 – Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (ANATEL)   |  |  |  |

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL :** O Amparo Legal do presente Contrato, encontra-se consubstanciado no PP nº 6/2017-027, fundamentada na Lei nº 10.520/2002 Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e alterações pelo Decreto nº 8.250/2014, e Lei 8.666/1993 sendo esta também a legislação, aplicável nos casos omissos deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** são serviços mensais, não presenciais, de acesso a internet de dados e banda larga em diversos próprios públicos.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO E ALTERAÇÕES:** O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação da nota fiscal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento só será efetuado mediante apresentação da nota fiscal/fatura discriminando o produto, comprovando sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito) – (CND), com o FGTS (Certidão de Regularidade de Situação – CRS), com a Fazenda Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão Negativa Estadual, bem como a quitação com demais impostos e taxas que por ventura incidam sobre o mesmo.



---

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº da Nota de Empenho, liberação do documento fiscal para pagamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias mediante ordem bancária em moeda corrente deste país, após a emissão de nota fiscal (devidamente atestada pelo setor de almoxarifado). Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES** – A partes se obrigam da seguinte forma:

4.1 - A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Emitir a Ordem de Fornecimento (OF) após a publicação do resultado licitatório
- b) Pagar oportunamente o preço do serviço à CONTRATADA, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Quarta acima;
- c) Solicitar a implantação dos pontos de acesso a internet nos diversos órgãos do município
- d) Acompanhar toda execução do Contrato, mediando as ações entre Contratada e Contratante.
- e) Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, incluindo equipamento de supressão de surto(nobreak) e energia devidamente aterrada em 127volts a 220volts conforme NBR 5410, instalação elétrica de baixa tensão.

4.2 - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer acesso ao link de dados dedicado,
- b) Fornecer acesso ao link de internet banda larga,
- c) Implantar e manter interconexões;
- d) Realizar enlaces ópticos na modalidade FTTX
- e) Implantar e manter a infraestrutura óptica,
- f) Implantar e manter redes wireless,
- g) implantar e manter torres de transmissão,
- h) implantar tuneis sob Vlan(Eoip/PPTP)
- i) Manter serviço de helpdesk - atendimento dos usuários para sanar suas dúvidas, por telefone, chat e email, e presencial, sempre que necessário.



---

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR** - O valor do presente contrato é de **xxxxxxx**, em parcelas mensais de **xxxxxxxxxxxx**.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** : As despesas decorrentes das contratações previstas neste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária

**0201 – Gabinete do Prefeito**

04.121.2027.2.023 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

**03.01 – Secretaria Municipal de Administração**

04.122.0011.2004. – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

**04.01 – Secretaria Municipal de Finanças**

04.121.2029.2010 – Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças

**0801 – Secretaria Municipal de Planejamento**

04.122.0122.2.117 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento

**1001 – Secretaria Municipal de Cultura**

13.122.2115.2082 – Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura

**1201 – Secretaria de Infraestrutura e Saneamento**

15.122.2043.2089 – Manutenção da Secretaria de Obras, Urbanismo e Infraestrutura

**1301 – Secretaria Municipal de Desporto e Lazer**

27.122.2115.2136 – Manutenção da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

**2101 – Secretaria Municipal de Ind. Com. Turismo e Mineração**

22.692.2034.2097 - Manutenção da Secretaria Municipal de Ind. Com. Turismo e Mineração

**05.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social**

08.122.0011.2012.– Manutenção da Secretaria Municipal de Ação Social

08.243.0032.2017 – Manutenção do Conselho Tutelar

08.243.0043.2018 – Manutenção do Prog. Centro de Referência da Ass. Social (CRAS)

08.243.0500.2021 – Manutenção do Programa Piso de Alta Complexidade-Abrigo

08.244.0043.2033 – Manutenção do Programa Centro de Ref. Especializada da Ass. Social

08.244.2094.2036 – Manutenção do Prog. Bolsa Família (IGD)

08.243.2092.2026 – Ações estratégicas –PETI

08.244.0129.2029 – Manutenção do Programa Balcão de Emprego



---

### **07.03 – Fundo Municipal de Saúde**

10.301.2083.2044 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

10.302.2079.2.061 – Manutenção do PSF

10.302.2087.2062 – Manutenção do MAC

10.305.2088.2065 – Manutenção das Ações de Vig em Saúde

10.301.2083.2126 – Manutenção do CEO

10.302.2089.2128 – Manutenção da UPA

10.302.2089.2130 – Manutenção do CAPS

### **09.01 – Secretaria Municipal de Educação**

12.361.0136.2069 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

### **27.01 – Secretaria Municipal de Segurança do Patrimônio Público**

04.122.0122.2134 – Manutenção da Secretaria de Segurança do Patrimônio Público

### **2301 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

18.122.2099.2099 – Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA** - O prazo de vigência é de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA NONA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I - No caso de atraso ou inexecução do objeto do presente contrato serão aplicadas a Contratada sanções administrativas.

§1º. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

§2º. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

§3º. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93;

II - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) Advertência;

b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;



---

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário Municipal, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pela Secretaria Municipal, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

III – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;



- 
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:** A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PUBLICAÇÃO:** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos em Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:** Fica eleito o foro de Capanema - PA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



---

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

**Capanema, xxxxxxxxxxxxxx**

**Francisco Ferreira Freitas Neto  
Prefeito Municipal**

**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Contratada**

**TESTEMUNHAS :**

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_